

Winity S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Winity S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Winity S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Winity S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Administração da Companhia é responsável pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Tarcisio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

WINITY S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024		Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	163.167	7.832	Fornecedores	11	27.787	20.907
Contas a receber	6	34.316	22.124	Empréstimos e financiamentos	12	24.604	-
Partes relacionadas	8	1.258	2.543	Obrigações trabalhistas e sociais	13	11.519	10.989
Impostos a recuperar	7	-	1.994	Obrigações tributárias	14	8.884	5.525
Adiantamentos		7.902	1.421	Adiantamentos de clientes		-	50
Despesas antecipadas		10.355	515	Outras contas a pagar	15	1.394	2.366
				Partes relacionadas	8	-	9.052
				Direito de uso a pagar	15	25.358	-
				Arrendamentos	15	18.305	16.810
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		216.998	36.428	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		117.852	65.698
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	6	25.592	18.069	Empréstimos e financiamentos	12	615.153	264.027
Impostos a recuperar	7	2.372	-	Arrendamentos	15	268.528	113.062
Depósitos Judiciais		147	148	Provisão para Desmobilização	16	57.226	35.823
Intangível	10	149.375	102.042				
Investimentos		193	193				
Imobilizado	9	920.838	559.764				
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.098.516	680.216	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		940.906	412.912
				Patrimônio líquido	17		
				Capital social		561.074	410.225
				AFAC		-	59.748
				Transações com acionistas		115.626	115.626
				Prejuízos acumulados		(419.944)	(347.567)
				Patrimônio líquido atribuível aos controladores		256.756	238.033
				Total do patrimônio líquido		256.756	238.033
TOTAL DO ATIVO		1.315.514	716.643	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.315.514	716.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WINITY S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Receita líquida de locação de serviços	18	86.480	26.316
Custo dos serviços prestados	19	<u>(39.816)</u>	<u>(13.106)</u>
LUCRO BRUTO		<u>46.664</u>	<u>13.210</u>
Despesas com pessoal	20	(30.391)	(10.698)
Gerais e administrativas	20	(10.815)	(7.925)
Outras despesas (receitas)	20	(0)	2.373
Depreciação e amortização	20	(2.456)	(1.294)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS		<u>3.002</u>	<u>(4.334)</u>
Receitas financeiras	21	10.509	1.049
Despesas financeiras	21	<u>(85.778)</u>	<u>(23.731)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(75.269)</u>	<u>(22.682)</u>
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(72.268)</u>	<u>(27.016)</u>
Imposto de renda e contribuição social	23	<u>(109)</u>	-
PREJUÍZOS DOS EXERCÍCIOS		<u>(72.377)</u>	<u>(27.016)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WINITY S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(72.377)	(27.016)
Outros resultados abrangentes:		
Ajuste de conversão de balanço	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(72.377)</u>	<u>(27.016)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WINITY S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Capital a Integralizar	AFAC	Transações com acionistas	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2024	449.185	(7.000)	-	115.626	(320.551)	237.261
Integralização capital social	88.000	7.000				95.000
Integralização capital social proveniente de cisão	152.040					152.040
Capital subscrito	71.000	(71.000)				-
Redução de capital social na aquisição de debentures	(279.000)					(279.000)
AFAC proveniente de cisão			59.748			59.748
Resultado do exercício					(27.016)	(27.016)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	481.225	(71.000)	59.748	115.626	(347.567)	238.033
Integralização capital social	79.848	71.000	(59.748)			91.100
Redução de capital social						-
Resultado do exercício					(72.377)	(72.377)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	561.074	-	-	115.626	(419.944)	256.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WINITY S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31.12.2025	31.12.2024
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(72.377)	(27.016)
Ajustes		
Depreciações	15.083	9.536
Amortizações	25.394	3.382
Juros sobre empréstimos e financiamentos	60.513	14.027
Juros sobre IFRS 16/ e atualização de provisão para desmobilização	23.337	-
Receita financeira	-	116
Baixa de imobilizado e intangível	2.526	2.611
Variação nas contas de ativos e passivos		
Contas a receber	(19.714)	(12.790)
Impostos a recuperar	(378)	(359)
Despesas antecipadas	(9.840)	357
Adiantamentos	(6.481)	(808)
Partes relacionadas	(7.768)	28.262
Outras contas a receber	-	-
Fornecedores	6.880	16.262
Salários, provisões e encargos sociais	531	(2.843)
Obrigações tributárias	3.359	3.344
Adiantamentos de clientes	(50)	50
Direito de comercialização a pagar	25.358	-
Outras contas a pagar	(30.896)	90.402
CAIXA E EQUIVALENTES PROVENIENTES DAS (APLICADOS NAS) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	15.477	124.534
Juros pagos	(4.783)	-
Caixa e equivalentes líquidos provenientes das (aplicados nas) nas atividades operacionais:	10.695	124.534
Aquisição de intangível	(32.483)	(66.009)
Aquisição de imobilizado	(175.946)	(338.365)
Aquisição de investimentos	(58.030)	
Investimentos proveniente de cisão	-	(193)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(266.459)	(404.567)
Captação de empréstimos e financiamentos	400.000	250.000
Pagamento de principal de empréstimos	(80.000)	-
Transações com acionistas	-	-
Aumento ou redução de capital social	20.100	(250.000)
Integralização de capital social	71.000	277.788
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	411.100	277.788
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	155.336	(2.244)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.832	10.076
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	163.167	7.832
	155.336	(2.244)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WINITY S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se mencionado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações gerais

Constituída em 22 de agosto de 2019, estabelecida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo com sede na Rua Joaquim Floriano, 913 - ANDAR 3 - Itaim Bibi a Winity S.A. (“Companhia”) tem por atividade principal a cessão e locação de infraestrutura passiva ou ativa como equipamentos e antenas metálicas, de concreto ou outras similares não interligadas, fibra óptica apagada e outros elementos de rede de sua propriedade, a terceiros para que estes instalem, operem e mantenham equipamentos de transmissão, retransmissão, receptores e câmeras, por qualquer meio, para telecomunicações, ou qualquer outra Entidade ou veículo de comunicação, bem como a operação e gerenciamento desses bens.

A Companhia se encontra em fase operacional, advindo da assinatura de contratos com as principais operadoras do mercado além de outros contratos assinados recebidos como patrimônio cindido por ocasião da cisão ocorrida na coligada Winity Infraestrutura Ltda. em 30 de novembro de 2024 data-base 31/10/2024.

A Companhia, em 15 de abril de 2024 alterou sua razão social de Winity SPE S.A. para Winity S.A., alterando também seu objeto para:

- a. Cessão e locação de infraestrutura passiva ou ativa como equipamentos e antenas metálicas, de concreto ou outras similares não interligadas, fibra óptica apagada e outros elementos de rede de sua propriedade, a terceiros para que estes instalem, operem e mantenham equipamentos de transmissão, retransmissão, receptores e câmeras, por qualquer meio, para telecomunicações, ou a qualquer outra Entidade ou veículo de comunicação, bem como a operação e gerenciamento desses bens.
- b. Aquisição, locação ou arrendamento de imóveis urbanos e/ou rurais.
- c. Locação, sublocação ou concessão de uso de imóveis próprios para fins de instalação de infraestrutura de telecomunicações de terceiros.
- d. Concessão do direito de uso de equipamentos de telecomunicações instalados em prédios, terrenos ou outras estruturas de suporte de antenas, seja no interior ou exterior deles, para cessão de tais equipamentos à terceiros.

Em 31 de dezembro de 2025, apresentou capital circulante líquido positivo no montante de R\$99.147 (negativo R\$29.271 em 2024) e patrimônio líquido positivo de R\$256.756 (positivo R\$238.032 em 2024). A Companhia também apresentou prejuízo de R\$72.377 (R\$27.016 em 2024) e fluxo de caixa operacional positivo de R\$10.695 (R\$124.534 positivo em 2024).

A Administração avaliou e concluiu que a Companhia dispõe de condições econômico-financeiras e operacionais adequadas para consolidar suas atividades no mercado de infraestrutura *wireless* no Brasil. Assim, considera que a Companhia se encontra devidamente capitalizada, com estrutura de liquidez compatível com suas necessidades operacionais e capaz de levantar recursos por meio de debêntures incentivadas, não sendo identificadas incertezas relevantes quanto à continuidade operacional para os próximos exercícios.

b) Eventos societários

Participações societárias

Em 2025, a Companhia não detém participações societárias diretas e indiretas em controladas.

Os investimentos em sociedades coligadas com participação inferior a 20% e/ou ausência de influência significativa na administração são registradas pelo método de custo.

(i) GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO INFRAESTRUTURA S.A. (“G&T”)

G&T, em conjunto com Infraestrutura Brasil Holding I S.A. (“IBH I”), Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (“IBH IV”) Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (“IBH VII”) e Rodovias Colombia S.A.S. (“Rodovias Colombia”), constituiu a IBS em 29 de janeiro de 2021, com capital social subscrito e parcialmente integralizado do valor R\$12.000, estabelecida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo com sede na Avenida Cidade Jardim, 903 - 9º. andar, salas 1 e 2, CEP 01453-000, tem por atividade principal a prestação de serviços de consultoria, orientação, organização, controle orçamentário, informação e gestão; prestação de serviços administrativos de rotina a empresas, sob contrato, tais como planejamento financeiro, jurídico, recursos humanos, contabilidade, engenharia, técnica e outros; a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista, no país ou no exterior; e o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social da Companhia.

A WINITY INFRAESTRUTURA LTDA possui 3.850.400 (três milhões, oitocentas e cinquenta mil e quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal com preço de R\$0,05 (cinco centavos) por ação que representa uma participação societária de 2% do capital social conforme boletim de subscrição datado de 22 de outubro de 2021.

Em 28 de junho de 2023, a Winity Infraestrutura Ltda. integralizou capital social no valor de R\$193.

(ii) WINITY INFRAESTRUTURA S.A.

A Companhia foi constituída em 23 de novembro de 2021, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com sede na Avenida Nossa Senhora do Carmo, nº 931, bairro Sion, tendo como atividade principal a locação de sistemas para energia off-grid.

Em 25 de novembro de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a cisão parcial envolvendo a Winity Infraestrutura Ltda. e a Winity S.A., com a incorporação do acervo cindido pela Winity Infraestrutura Ltda. A efetivação ocorreu por meio de transferência integral dos ativos e passivos a partir de 1º de novembro de 2022, passando a Winity Infraestrutura Ltda. a deter a titularidade dos componentes do acervo transferido.

Em 28 de março de 2023, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada nova cisão parcial da Winity S.A., com a incorporação do acervo cindido pela Winity Infraestrutura Ltda., contemplando o saldo remanescente da reorganização societária. A operação foi efetivada com transferência integral dos ativos e passivos a partir de 1º de março de 2023. De acordo com laudo de avaliação, o patrimônio líquido cindido da Winity SPE S.A., na data-base de 28 de fevereiro de 2023, totalizava R\$ 1.724. As variações de receitas, despesas e demais mutações patrimoniais ocorridas entre a data-base e a data de eficácia da cisão foram absorvidas pela Winity Infraestrutura Ltda., conforme previsto no protocolo e justificção da operação.

Posteriormente, em 2 de dezembro de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a cisão parcial da Winity Infraestrutura Ltda., com a incorporação do acervo cindido pela Winity S.A., caracterizando movimento inverso na reorganização societária. A efetivação ocorreu mediante transferência integral dos ativos e passivos a partir de 1º de novembro de 2024. Conforme laudo de avaliação, o patrimônio líquido cindido na data-base de 31 de outubro de 2024 totalizava R\$ 152.040, passando a Winity S.A. a assumir a titularidade dos componentes do acervo transferido.

(iii) EMPRESA DE INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. I (“EMPRESA 1”)

Sociedade empresária limitada, com sede no Estado do Paraná, cujo objeto social compreendia a implantação, exploração e locação de infraestrutura passiva de telecomunicações.

Em 21 de novembro de 2024, a Winity S.A. celebrou Contrato de Compra e Venda para aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da Empresa 1, tendo as condições suspensivas sido integralmente cumpridas em 5 de março de 2025, data considerada como o fechamento da operação. Para fins de mensuração contábil, foi adotada como data-base 31 de março de 2025.

A aquisição foi classificada como combinação de negócios, nos termos do CPC 15 (R1) / IFRS 3, tendo sido elaborado laudo de avaliação independente para fins de alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation – PPA).

O valor justo da contraprestação transferida totalizou R\$47.231, enquanto o patrimônio líquido contábil adquirido somava R\$ 30.369, resultando em um excesso a ser alocado (ágio) no montante de R\$16.862.

O ativo intangível refere-se à carteira de contratos de locação de infraestrutura passiva, mensurada a valor justo com base em fluxos de caixa descontados, possuindo vida útil definida e sendo amortizado linearmente ao longo do prazo estimado dos contratos.

O goodwill reconhecido reflete, substancialmente, as sinergias operacionais esperadas, ganhos de escala, eficiência operacional e potencial de expansão da geração de receitas, não sendo amortizado e estando sujeito a testes anuais de recuperabilidade, nos termos do CPC 01 / IAS 36.

Em 30 de junho de 2025, foi aprovada e registrada a incorporação da Empresa 1 pela Winity S.A., com a consequente extinção da sociedade incorporada, sem liquidação, tendo a Winity S.A. sucedido universalmente a Empresa 1 em todos os seus direitos e obrigações. O CNPJ da

Empresa 1 foi baixado por motivo de incorporação. Eventuais variações patrimoniais entre a data-base e a data da incorporação foram absorvidas pelo patrimônio líquido da incorporadora.

(iv) EMPRESA DE INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. II (“EMPRESA 2”)

Sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, cujo objeto social compreendia a implantação, exploração e locação de infraestrutura de telecomunicações.

Em 30 de julho de 2025, a Winity S.A. adquiriu o controle integral (100%) da Empresa 2, passando a deter a totalidade de suas quotas. A operação foi classificada como combinação de negócios, nos termos do CPC 15 (R1) / IFRS 3, tendo sido elaborado laudo de avaliação independente para fins de alocação do preço de compra (PPA).

O valor justo da contraprestação transferida totalizou R\$10.961, enquanto o patrimônio líquido contábil adquirido somava R\$7.660, resultando em um excesso a ser alocado (ágio) de R\$3.301.

O ativo intangível reconhecido refere-se à carteira de contratos de locação de infraestrutura, mensurada a valor justo com base em técnicas de “valuation” aceitas pelo mercado, possuindo vida útil definida e sendo amortizado linearmente ao longo do prazo estimado dos contratos.

O goodwill decorre, principalmente, das sinergias esperadas com a integração das operações à plataforma da Winity, do fortalecimento da base de ativos de infraestrutura passiva e do potencial de geração de resultados futuros, não sendo amortizado e estando sujeito a testes periódicos de recuperabilidade, nos termos do CPC 01 / IAS 36.

Em 11 de agosto de 2025, foi aprovada, em Reunião de Sócios da Empresa 2 e em Assembleia Geral Extraordinária da Winity S.A., a incorporação da Empresa 2 pela Winity S.A., a qual foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 21 de agosto de 2025, com a consequente extinção da sociedade incorporada, sem liquidação. O CNPJ da empresa 2 foi baixado em 11 de junho de 2025, por motivo de incorporação. Eventuais variações patrimoniais entre a data-base e a data da incorporação foram absorvidas pelo patrimônio líquido da incorporadora.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Base de elaboração e apresentação

A demonstração financeira foi elaborada e está apresentada em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, bem como pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A demonstração financeira foi elaborada com base no custo histórico, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A emissão da demonstração financeira foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Companhia nas demonstrações financeiras é o real (R\$), representando o principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. A Companhia não possui ativos e passivos em moedas estrangeiras.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 9 - Imobilizado
- Nota explicativa no. 10 - Intangível
- Nota explicativa no. 16 - Provisão ARO

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

b) Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados no resultado, quando incorridos.

A depreciação dos ativos imobilizados é apurada com base na vida útil-econômica estimada dos ativos.

A vida útil-econômica média estimada dos saldos da controladora e consolidado, dos bens é a seguinte:

	Média ponderada (em anos)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Telefone móvel	5 anos
Custas licenciamento	50 anos
Outros custos de engenharia	50 anos
Engenharia própria	50 anos
Fundação	50 anos
Outros custos de obra civil	50 anos
Extensão de redes	50 anos
Estrutura vertical	50 anos
Avaliação	50 anos
Direito de uso de imóvel	15 anos

Imobilizações em andamento para produção, suprimento ou fins administrativos, ou para fins ainda não determinados, são demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. São registrados como parte dos custos os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil do Grupo. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado

c) Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/formação no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo que ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida (ágios) não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável.

Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva.

Quando um ágio fizer parte de UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação.

O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil-econômica média estimada dos saldos dos intangíveis é a seguinte:

	Média ponderada (em anos)
Direito de comercialização	15 anos
Outorga	20 anos
Direito de concessão	30 anos
Direito de uso de imóvel - DAS	Prazo do contrato
Contrato de clientes	Prazo do contrato

d) Arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzidos para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia possui contratos classificados como arrendamentos na condição da de arrendatária referentes a aluguel de estruturas (torres). O valor contábil dos ativos mencionados foi mantido inalterado até o momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando dos fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado para operações imobiliárias.

e) Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou teste de “*impairment*” sobre os saldos de ativo intangível com vida útil indefinida e não identificou ativos passíveis de ajustes nos seus valores recuperáveis. Para o grupo de imobilizado não foram identificados indicativos de “*impairment*”; portanto, a Companhia não realizou o teste para redução ao valor recuperável.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Em 31 de dezembro de 2025 não foram identificadas provisões para contingências a serem registradas nas demonstrações financeiras

g) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

h) Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

Classificação do ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia só possui ativos financeiros classificados como mensurado a custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros são representados por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber conforme nota explicativa nº 22.

Passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

São classificados como circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham o direito incondicional de liquidar o passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do encerramento do exercício.

A Companhia e suas controladas não capitalizaram os custos de empréstimos e financiamentos e debêntures em função de não haver ativos qualificáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, são classificados como mensurado ao custo amortizado e representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros e variações monetárias e cambiais conforme nota explicativa nº 20.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

(i) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

(ii) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos exercícios, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Empresa espera, nas datas de encerramento dos exercícios, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

j) Investimentos

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações patrimoniais após a aquisição da participação societária.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações patrimoniais ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

k) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida.

Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes.

l) Receitas de arrendamentos operacionais

As receitas com arrendamentos são reconhecidas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (2)/IFRS 16. Os arrendamentos mantidos pela Companhia não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo, sendo, portanto, classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. As receitas de aluguéis considerando eventuais efeitos de carências, descontos etc., e excluindo os efeitos inflacionários, devem ser reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato.

m) Política Contábil para Constituição de Provisão para Desmobilização de Ativo Imobilizado (ARO)

A Companhia reconhece a obrigação de desmobilização de ativos imobilizados (“Assets Retirement Obligation - ARO”) em conformidade com as normas contábeis aplicáveis. A provisão refere-se à responsabilidade legal ou implícita da empresa de descontaminar, desmantelar ou remover ativos imobilizados ao final de sua vida útil.

Reconhecimento e Mensuração: A provisão para desmobilização de ativos imobilizados é reconhecida quando:

- A Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não) em decorrência de eventos passados. É provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. O valor da obrigação pode ser estimado de forma confiável.
- A provisão é mensurada pelo valor presente dos custos estimados necessários para cumprir a obrigação, considerando as estimativas de custo de desmobilização e a taxa de desconto apropriada. Essa provisão é atualizada anualmente para refletir as mudanças nas estimativas de custo e na taxa de desconto.
- Contabilização: No momento do reconhecimento da provisão, o valor correspondente é adicionado ao custo do ativo imobilizado, sendo depreciado ao longo da vida útil do ativo. A cada período, a empresa revisa suas estimativas relacionadas à ARO e ajusta a provisão e o custo do ativo, conforme necessário.
- Revisão e Ajustes: A Companhia revisa periodicamente as provisões para desmobilização, considerando mudanças na legislação, nas condições de mercado e nas estimativas de custo. Qualquer ajuste na provisão é reconhecido no resultado do período.

4. NORMAS EM VIGOR A PARTIR DE 2025

A seguir a relação das normas novas e/ou revisadas e emitidas em 2025:

- Alterações à IAS 21 (CPC 02 (R2)) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (emitida, mas não aplicável).
- OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO)

3.2. NORMAS EMITIDAS MAS AINDA NÃO APLICÁVEIS

- Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.
- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS (Volume 11) - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 - Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	62	23
Aplicações financeiras	163.105	7.809
Total	<u>163.167</u>	<u>7.832</u>

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com rendimento médio de 99,3% em 2025 e 98,7% 2024, do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com compromissos de recompra pelas respectivas instituições financeiras, que asseguram liquidez imediata, sem riscos de mudanças significativas do seu valor contábil.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contas a receber (curto prazo)		
Valores faturados	14.811	2.810
Valores a faturar (1)	<u>19.505</u>	<u>19.314</u>
Total curto prazo	<u><u>34.316</u></u>	<u><u>22.124</u></u>
Contas a receber (longo prazo)		
Valores a faturar (1)	<u>25.592</u>	<u>18.069</u>
Total longo prazo	<u><u>25.592</u></u>	<u><u>18.069</u></u>

(1) Valores referentes receita reconhecida considerando que a torre está em operação, porém ainda em período de carência para fins de faturamento, dessa forma, são realizados os cálculos para reconhecimento da receita com o cliente pela competência considerando o prazo total do contrato, sendo assim os valores de curto e longo prazo, representam o impacto do reconhecimento do IFRS 15 (CPC 47 – Receita de contrato com cliente), para linearizar a receita durante o tempo do contrato. Não há nenhum montante vencido e conseqüentemente, não há necessidade de registro de perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (IFRS 09), tendo a Companhia como política vencimentos D+30 dias, além de saldos de contratos sem carência/término de carência.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Saldo de impostos a recuperar referem-se à Imposto de Renda Retido na fonte sobre aplicações financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (1)	632	1.501
IRRF s/Aplicações Financeiras	1.522	351
PIS/COFINS a Recuperar	-	50
Outros impostos a recuperar	<u>218</u>	<u>92</u>
Total	<u><u>2.372</u></u>	<u><u>1.994</u></u>

(1) Saldo já sendo utilizado em compensações com outros tributos federais por meio de compensação de débitos via PER/DCOMP.

8. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo.

ATIVO

Descrição	31/12/2025 Winity S.A.	31/12/2024 Winity S.A.
WINITY II TELECOM LTDA.	-	1
WINITY INFRAESTRUTURA LTDA.	-	2.537
ONE PROPRIEDADES S.A.	14	5
WINFRA CONNECT SPE S.A.	1.245	-
	1.258	2.543

PASSIVO

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
WINITY INVESTIMENTOS S.A	-	1
WINITY INFRAESTRUTURA LTDA (1)	-	9.051
	-	9.052

(1) Valores provenientes operações pós cisão parcial entre Winity Infraestrutura e Winity SA conforme descrito na nota explicativa nº 1.

9. IMOBILIZADO

	Custo:				Transferência por Incorporação	Saldo em 31/12/2025	Depreciação:				Saldo em 31/12/2025	Saldos líquidos em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferênci a			Saldo em 31/12/2024	Adiçõe s	Baixa s	Saldo em 31/12/2025		
Benf.Em imóveis de terceiros	1.042	157	-	-	-	1.199	642	213	-	855	344	
Móveis e Utensílios	9	-	-	-	-	9	2	1	-	3	6	
Maqui.Equip e Ferramentas	15	-	(12)	-	-	3	10	0	(9)	1	2	
Computadores e periféricos	1.013	117	(1)	-	-	1.130	545	213	(0)	758	372	
Telefonia móvel	327	89	-	-	-	416	164	71	-	235	181	
Custas de licenciamento	13.260	(0)	-	7.920	-	21.180	555	432	-	987	20.193	
Outros Custos Engenharia	33.589	-	-	26.469	-	60.057	3.762	4.477	-	8.240	51.818	
Engenharia Própria	96	-	-	3	-	98	6	2	-	8	91	
Fundação	39.450	0	-	57.751	-	97.201	1.147	1.585	-	2.732	94.469	
Outros custos Obra Civil	53.338	-	-	65.728	-	119.067	2.220	2.335	-	4.555	114.512	
Extensão de redes	7.393	(0)	-	5.408	-	12.801	283	384	-	667	12.134	
Torre Estaiada	219	-	-	1.782	-	2.001	11	71	-	82	1.919	
Outros Custos de Estrutura	1.784	-	-	666	-	2.450	328	142	-	470	1.980	
Custos de Eletrônico	1.331	-	-	6.245	-	7.576	67	847	-	913	6.663	
Estrutura Vertical	92.310	(0)	-	69.119	38.029	199.459	3.548	3.810	-	7.358	192.101	
Gabinete	-	0	-	524	-	524	-	4	-	4	520	
Avaliação	4.215	(0)	-	4.560	-	8.775	150	150	-	300	8.475	
Torre Treliçada	467	-	-	-	-	467	34	19	-	53	414	
Cartorários	5	-	-	-	-	5	3	0	-	3	2	
Outros custos administrativos	9	-	-	-	-	9	2	1	-	2	7	
Montagem	12.386	-	-	15.841	-	28.227	379	477	-	856	27.371	
Aluguéis pré-operacionais	196	-	(196)	-	-	(0)	-	-	-	-	(0)	
Direito de uso de imóvel	141.377	168.602	(991)	-	-	308.987	17.499	19.359	(141)	36.717	272.271	
Terrenos	1.431	60	-	-	-	1.491	-	-	-	-	1.491	
Imob. em andamento	157.431	174.830	(2.558)	(262.016)	-	67.686	-	-	-	-	67.686	
Provisões para baixa de ativo imobilizado	(2.535)	(76)	1.232	-	-	(1.379)	-	-	-	-	(1.379)	
Provisões para desmobilização (ARO)	31.583	17.117	-	-	-	48.700	620	883	-	1.504	47.197	
Total	591.741	360.896	(2.526)	0	38.029	988.140	31.977	35.475	(150)	67.302	920.838	

Custo:	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferencia	Transferências proveniente de cisão	Saldo em 31/12/2024	Depreciação:	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências proveniente de cisão	Saldo em 31/12/2024	Saldos líquidos em 31/12/2024
Benf.Em imoveis de terceiros	1.031	11	-	-	-	1.042		(435)	(207)	-	-	(642)	400
Móveis e Utensilios	9	-	-	-	-	9		(1)	(1)	-	-	(2)	7
Maqui.Equip e Ferramentas	3	-	-	-	12	15		(1)	(0)	-	(9)	(10)	5
Computadores e perifericos	971	42	-	-	-	1.013		(348)	(197)	-	-	(545)	468
Telefonia movel	300	27	-	-	-	327		(100)	(64)	-	-	(164)	163
Custas de licenciamento	8.583	(0)	-	275	4.402	13.260		(278)	(189)	-	(88)	(555)	12.705
Outros Custos Engenharia	11.743	(0)	(23)	227	21.641	33.589		(1.268)	(1.111)	1	(1.384)	(3.763)	29.826
Engenharia Propria	96	-	-	-	-	96		(4)	(2)	-	-	(6)	90
Fundação	15.346	0	(10)	1.248	22.866	39.450		(369)	(386)	0	(394)	(1.150)	38.300
Outros custos Obra Civil	28.528	(0)	(66)	903	23.974	53.338		(836)	(695)	0	(691)	(2.222)	51.116
Extensão de redes	1.766	-	-	1.753	3.874	7.393		(74)	(69)	-	(139)	(283)	7.110
Torre Estaiada	85	-	-	-	134	219		(2)	(2)	-	(7)	(11)	208
Torre Trelçada	-	-	-	-	467	467		-	(2)	-	(31)	(33)	433
Outros Custos de Estrutura	59	-	-	86	389	534		(1)	(3)	-	(8)	(13)	522
Adequação De Estrutura	-	-	-	-	10	10		-	(0)	-	(2)	(2)	8
Custos De Eletronico	-	-	-	-	1.331	1.331		-	(22)	-	(44)	(67)	1.265
Estrutura Vertical	51.879	-	(34)	1.295	39.170	92.310		(1.605)	(1.172)	0	(771)	(3.548)	88.762
Estrutura Telecom Aeroporto	-	-	-	-	1.240	1.240		-	(21)	-	(293)	(313)	926
Avaliação	2.346	-	-	66	1.803	4.215		(61)	(53)	-	(36)	(150)	4.065
Cartorarios	5	-	-	-	-	5		(2)	(0)	-	-	(3)	2
Outros custos admnistrativos	-	(0)	-	-	9	9		-	(0)	-	(1)	(2)	7
Montagem	4.637	-	-	322	7.427	12.386		(112)	(122)	-	(145)	(379)	12.007
Aluguéis pre operacionais	196	-	-	-	-	196		-	-	-	-	-	196
Direito de uso de imóvel (1)	36.384	12.639	(2.073)	-	94.426	141.377		(5.200)	(4.593)	345	(8.046)	(17.494)	123.882
Custos para aquisição de terrenos	1	63	(64)	-	-	0		-	(2)	2	-	-	0
Terrenos	523	902	-	-	6	1.431		-	-	-	-	-	1.431
Imob.em andamento	38.526	57.384	(1.148)	(6.175)	68.843	157.431		-	-	-	-	-	157.431
Provisões para baixa de ativo imobilizado	(2.995)	-	459	-	-	(2.535)		-	-	-	-	-	(2.535)
Provisões para Desmobilização	-	31.583	-	-	-	31.583		-	(620)	-	-	(620)	30.963
Total	200.023	102.652	(2.959)	0	292.026	591.741		(10.698)	(9.536)	347	(12.090)	(31.977)	559.764

A depreciação dos ativos imobilizados é apurada com base na vida útil-econômica estimada dos ativos.

O saldo do imobilizado em andamento é composto da seguinte forma:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custas licenciamento	2.849	5.587
Outros custos de engenharia	4.730	8.686
Engenharia própria	-	3
Outros custos de obra civil	6.225	24.911
Fundação	4.275	19.353
Extensão de redes	1.533	3.110
Estrutura vertical	19.826	24.503
Outros custos de eletrônicos	12	4.588
Avaliação	4.769	3.308
Cartorários	-	4
Montagem	1.554	5.023
Outros Custos de Estrutura	5.322	6.594
Custos para Aquisição de Terrenos	259	170
Adiantamento a fornecedores	16.333	51.591
	<u>67.686</u>	<u>157.431</u>

10. INTANGÍVEL

Composição e movimentação:

	Ágio de empresas adquiridas (a)	Direito de comercialização (b)	Contratos com clientes (c)	Software	Direito De Uso Imóvel - DAS	Total
Custo:						
Saldos em 31/12/2024	18.789	64.195	25.981	993	1.133	111.091
Adições	20.001	31.851	-	380	296	52.528
Baixas	-	-	-	-	(44)	(44)
Saldos em 31/12/2025	<u>38.790</u>	<u>96.047</u>	<u>25.981</u>	<u>1.373</u>	<u>1.385</u>	<u>163.575</u>
Amortização:						
Saldos em 31/12/2024	-	(7.944)	(727)	(250)	(127)	(9.048)
Adições	-	(4.378)	(428)	(224)	(124)	(5.154)
Baixas	-	-	-	-	1	1
Saldos em 31/12/2025	-	<u>(12.322)</u>	<u>(1.155)</u>	<u>(474)</u>	<u>(250)</u>	<u>(14.201)</u>
Saldos líquidos em 31/12/2025	<u>38.790</u>	<u>83.725</u>	<u>24.826</u>	<u>899</u>	<u>1.134</u>	<u>149.374</u>

	Ágio de empresas adquiridas (a)	Direito de comercialização (b)	Contratos com clientes (c)	Software	Direito De Uso Imóvel - DAS	Total
<u>Custo</u>						
Saldos em 31/12/2023	-	43.339	-	666	-	44.005
Adições	-	10.015	-	323	157	10.495
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências proveniente de cisão	18.789	10.841	25.982	4	976	56.590
Saldos em 31/12/2024	<u>18.789</u>	<u>64.195</u>	<u>25.982</u>	<u>993</u>	<u>1.133</u>	<u>111.091</u>
<u>Amortização</u>						
Saldos em 31/12/2023	-	(4.520)	-	(69)	-	(4.590)
Adições	-	(3.115)	(69)	(181)	(18)	(3.382)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências proveniente de cisão	-	(308)	(658)	(1)	(109)	(1.076)
Saldos em 31/12/2024	-	<u>(7.944)</u>	<u>(727)</u>	<u>(251)</u>	<u>(127)</u>	<u>(9.048)</u>
Saldos líquidos em 31/12/2024	<u>18.789</u>	<u>56.251</u>	<u>25.255</u>	<u>742</u>	<u>1.006</u>	<u>102.042</u>

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida:

- Adição de R\$20.001 referente a aquisição de empresa de infraestrutura de telecomunicações, cujo objeto social compreendia da implantação, exploração e locação de infraestrutura passiva de telecomunicações. Adquiridas e incorporadas em 2025, conforme descrito na nota explicativa nº1
- No âmbito do contrato de locação celebrado entre a Winity S.A, investida direta da Companhia, na qualidade de locadora, e o cliente, na condição de locatário, foi estabelecido pagamento inicial a título de incentivo à locação (“luva reversa”), com o objetivo de viabilizar a ocupação da infraestrutura e assegurar a manutenção do contrato por prazo determinado. Tal valor representa uma concessão comercial vinculada à celebração e execução do contrato, devendo ser apropriado ao longo de sua vigência, em linha com a substância econômica da operação e com as práticas contábeis aplicáveis.
- Valor refere-se à contrato de clientes apurado na alocação do preço pago em aquisições de empresas.

11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores Nacionais (1)	22.765	17.337
Provisão de fornecedores (2)	2.211	2.338
Aluguel a pagar (3)	2.811	1.232
Total	<u>27.787</u>	<u>20.907</u>

- (1) São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios.
- (2) Valores reconhecidos e contabilizados referente a competência 2025 de obrigações que serão liquidadas em 2026.
- (3) Valores relativos aos contratos de locação de terrenos para implantação de infraestrutura.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES

2025

<u>Credor</u>	<u>Empresa</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos financeiros anuais - %</u>	<u>Emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Valor Corrigido</u>	<u>Instrumento</u>
						<u>2.025</u>	<u>2.025</u>	
Banco Santander	Winity S.A	R\$	2,6% + 100% CDI	05/07/2024	05/07/2028	250.000	309.665	Debentures conversíveis
Itau BBA e ABC Brasil	Winity S.A	R\$	8,6% + IPCA	15/09/2025	15/08/2035	320.000	330.092	Debentures Lei 12.431
Total						<u>570.000</u>	<u>639.757</u>	

2024

<u>Emissão</u>	<u>Credor</u>	<u>Empresa</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos anuais - %</u>	<u>Emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Valor Corrigido</u>	<u>Instrumento</u>
							<u>2024</u>	<u>2024</u>	
1ª	Patria Infra IV FIP	Winity S.A	R\$	2,6% + 100% CDI	05/07/2024	05/07/2028	250.000	264.027	Debentures conversíveis

a) 1ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações

Em 5 de Julho de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada e aprovada a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$250.000, sendo cada debênture com valor unitário de R\$1 (o mesmo em relação à quantidade das debêntures), cujos termos e condições estão descritos no “Instrumento Particular de Escritura da 1ª. (primeira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em uma série para Colocação Privada, Da Winity S.A.”, onde de um lado Winity S.A. na qualidade de emissora das Debêntures, de outro lado, na qualidade de titular das Debêntures, PATRIA INFRAESTRUTURA IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA e como interveniente-anuente, Winity Participações S.A.

As debêntures foram emitidas em 05 de julho de 2024 e tem prazo de vencimento de 4 anos contados da Data de Emissão, vencendo portanto, em 05 de Julho de 2028, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois).

CONVERSIBILIDADE DAS DEBÊNTURE

As Debêntures poderão ser parcial ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a exclusivo critério da Debenturista, mediante notificação da Debenturista à Emissora indicando a quantidade de Debêntures a serem convertidas (“Notificação de Conversão”). Na hipótese de tal conversão ocorrer, deverão ser observadas as seguintes disposições:

- (i) cada Debênture será convertida em ações, na proporção de 1 (uma) ação a cada R\$ 1,00 (um real) do Valor Nominal Unitário da Debênture a ser convertida, independentemente de qualquer condição, e cada R\$ 1,00 (um real) devido a título de Remuneração equivalerá a 1 (uma) ação;
- (ii) O número de ações mencionado no subitem (i) anterior será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, sem quaisquer ônus para o Debenturista;
- (iii) A conversão das Debêntures em ação e/ou o pagamento da Remuneração mediante entrega de ações de emissão da Emissora, e (b) o consequente aumento de capital da Emissora com emissão de novas ações dependerá da realização do correspondente ato societário, e da prática das formalidades necessárias, sendo certo que a Emissora desde já se compromete a realizar e fazer com que seus acionistas realizem tal ato no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da Notificação de Conversão e submetê-lo a registro perante a JUCESP imediatamente após sua realização, nos termos do item (vi) abaixo;
- (iv) A Interveniante-Anuente, na qualidade de acionista da Emissora, se compromete a (a) ratificar o aumento de capital social da Emissora no montante correspondente às ações emitidas em decorrência da conversão das Debêntures e (b) aprovar a alteração do estatuto social da Emissora de modo a contemplar o efetivo capital social da Emissora na assembleia geral subsequente à conversão das Debêntures;
- (v) Mediante recebimento de uma Notificação de Conversão, a Emissora deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento da notificação, registrar a conversão em seu Livro de Registro de Debenturistas e em seu Livro de Registro de Ações, bem como fornecer ao Debenturista comprovante de realização de tais registros;
- (vi) Nos termos do inciso III do artigo 166 da Lei das Sociedades por Ações e do seu estatuto social, a Emissora deverá requerer a averbação do aumento do capital decorrente da conversão das Debêntures em ações e/ou do pagamento da Remuneração mediante entrega de ações na JUCESP, no prazo de até 5 (cinco) dias subsequentes à realização do ato respectivo;
- (vii) As ações emitidas em decorrência da conversão das Debêntures e/ou do pagamento da Remuneração conferirão ao seu titular os direitos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, nesta Escritura de Emissão e no estatuto social da Emissora, conforme neles previstos; e
- (viii) As ações ordinárias emitidas em decorrência da conversão das Debêntures e/ou do pagamento da Remuneração terão as mesmas características e vantagens estatutárias aplicáveis às demais ações ordinárias de emissão da Emissora.

O 1º aditamento à escritura desta 1ª Emissão, celebrado em 12 de maio de 2025, teve como objeto, torná-la subordinada, júnior e sujeita ao pagamento prévio de todas as obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior (2ª Emissão).

Os “Covenants” abrangidos pela escritura são de natureza padrão e não financeiros e tais cláusulas estão sendo devidamente cumpridas.

b) 2ª Emissão de Debêntures – Debêntures Incentivadas.

A Winity S.A. realizou sua 2ª emissão de debêntures incentivadas, registrada para distribuição pública e identificada na base da ANBIMA pelo código WNTY12, como parte de sua estratégia de otimização da estrutura de capital e financiamento de investimentos de longo prazo em infraestrutura de telecomunicações.

A emissão é composta por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, estruturadas em série única, com valor total de R\$ 320 milhões. A operação foi enquadrada como projeto prioritário, nos termos da Lei nº 12.431/2011, possibilitando a emissão de títulos incentivados voltados ao financiamento de ativos de infraestrutura.

As debêntures foram emitidas em 15 de agosto de 2025 e tem prazo de vencimento de 10 anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de agosto de 2035, as quais são remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 8,60% ao ano.

A estrutura de amortização foi estruturada de forma a assegurar a adequada compatibilização entre o serviço da dívida e o ciclo de maturação dos investimentos realizados, estabelecendo-se a primeira data de amortização do principal em 15 de agosto de 2029, com pagamentos subsequentes em base semestral. O pagamento dos juros será efetuado semestralmente, com início em 15 de fevereiro de 2026.

Os recursos captados estão sendo direcionados à implantação, expansão e modernização da infraestrutura de telecomunicações da Companhia, incluindo torres, “rooftops”, sistemas indoor (DAS), “small cells”, redes privadas, Wi-Fi e aquisição de terrenos e demais ativos vinculados à operação.

Garantias e estrutura contratual: embora classificadas como quirografárias, as debêntures contam com uma estrutura reforçada de garantias, conforme previsto na escritura de emissão, incluindo: (i) alienação fiduciária de ações de sociedades controladas, (ii) constituição e cessão fiduciária de contas vinculadas, às quais são direcionados todos os recursos oriundos dos contratos de receita da companhia e (iii) fiança prestada por empresas do grupo econômico.

O agente fiduciário da emissão é a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., responsável pelo acompanhamento do cumprimento das obrigações financeiras e não financeiras assumidas pela Companhia perante os debenturistas.

Os seguintes “covenants” financeiros são apurados anualmente com base nas informações financeiras da companhia:

- (a) Para o exercício de 2025, o Coeficiente de alavancagem, quociente da divisão do endividamento líquido pelo Ebitda Run Rate (EBITDA ajustado relativo ao último mês do ano fiscal adicionado dos valores mensais que serão devidas pelas contrapartes dos Contratos de Receita em Período de Carência, multiplicado por 12) igual ou inferior a 6.0x.
- d) Para os exercícios de 2026 em diante, o Coeficiente de alavancagem, quociente da divisão do endividamento líquido pelo Ebitda Run Rate (EBITDA ajustado relativo ao último mês do ano fiscal adicionado dos valores mensais que serão devidas pelas contrapartes dos Contratos de Receita em Período de Carência, multiplicado por 12) igual ou inferior a 4.5x.
- e) Para os exercícios de 2026 em diante, o ICSD, índice de cobertura do serviço da dívida consolidado a ser calculado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Acionista, superior ou igual a 1.2x.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Companhia avaliou e não há impacto nas demonstrações as ser apresentado. A companhia cumpriu todos os índices dos “covenants” de suas debêntures aplicáveis na data de 31 de dezembro de 2025, conforme cálculo abaixo:

EBITDA RUN RATE	64.523
(-) DEBT	330.092
(+) CASH	(217.236)
(=) NET DEBT	112.857
Net Debt/EBITDA	1,75x

A emissão da debênture WNTY12 contribui para (i) alongamento do perfil da dívida, (ii) diversificação das fontes de financiamento, (iii) redução do risco de descasamento entre ativos e passivos, (iv) alinhamento da estrutura de capital ao perfil de longo prazo dos investimentos em infraestrutura.

c) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

2025

Descrição	31/12/2024	Captação	Juros e atualização monetária	Amortização Principal	Amortização Juros	31/12/2025
Patria Infra IV FIP	264.027	-	45.638	-	-	309.665
NC - Banco Itaú	-	80.000	4.783	(80.000)	(4.783)	-
Debentures - Mercado	-	320.000	10.092	-	-	330.092
Total	<u>264.027</u>	<u>400.000</u>	<u>60.513</u>	<u>(80.000)</u>	<u>(4.783)</u>	<u>639.757</u>

2024

Descrição	31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária	Amortização Principal	Amortização Juros	31/12/2024
Patria Infra IV FIP	-	250.000	14.027	-	-	264.027
Total	<u>-</u>	<u>250.000</u>	<u>14.027</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>264.027</u>

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de bônus	7.264	7.039
Férias	1.592	1.692
IRRF sobre folha a recolher	809	928
INSS sobre férias	435	462
INSS a recolher	969	431
FGTS a recolher	271	285
FGTS sobre férias	159	135
Contribuição Sindical a recolher	21	14
Pensão Alimentícia a pagar	-	1
	<u>11.519</u>	<u>10.989</u>

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ISS retido a recolher	5.423	3.822
INSS retido a recolher	863	678
CSRF a recolher	446	241
COFINS a recolher	1.462	481
IRPF a recolher	372	156
PIS a recolher	318	104
PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher	-	42
	<u>8.884</u>	<u>5.525</u>

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR E ARRENDAMENTOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>		
Outras contas a pagar	1.394	402
Aluguel arrendamento	18.305	1.964
Direito de uso a pagar	25.358	16.810
	<u>45.057</u>	<u>19.176</u>
<u>Não Circulante</u>		
Aluguel arrendamento	268.528	113.062
	<u>268.528</u>	<u>113.062</u>

Movimentação dos arrendamentos a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos no início do exercício	129.871	69.086
Adições	154.762	65.391
Baixas	(934)	(2.202)
Pagamentos de aluguel	(29.760)	(13.693)
Juros apropriados	19.052	7.389
Remensuração	13.840	3.901
Saldos ao final do exercício	<u>286.832</u>	<u>129.871</u>
Circulante	18.305	16.810
Não Circulante	268.528	113.062

16. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO (“Asset retirement obligation - ARO”)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão para desmobilização	57.226	35.823
Total	<u>57.226</u>	<u>35.823</u>

O montante de juros reconhecido pela atualização do passivo foi no valor de R\$4.285 e o valor da amortização do custo da desmobilização foi no valor de R\$883.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

A Companhia possui capital totalmente integralizado no valor de R\$ 561.073. O capital da Companhia é representado por 561.073.507 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. Evidenciar o aumento de capital.

	<u>Capital Social</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	410.225
Integralização capital social	71.000
Aumento de capital social	79.848
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>561.073</u>

De acordo com o estatuto, em cada exercício social, os acionistas terão direito a dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício.

A Companhia por deliberação da Assembleia Geral poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucro existentes.

A reserva legal segue o critério estabelecido no artigo 193 da lei 6.404/76.

<u>Classe de ações</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Acionista</u>	<u>Percentual</u>
Ordinárias	561.073.507	Winity Participações S.A.	100%

b) Transações com acionistas

A Companhia possui em seu patrimônio líquido, saldo de R\$256.756 composto pelas duas rubricas:

a) R\$115.610: relacionado a transação com sócios decorrente da transferência de controle conforme descrito na nota explicativa 1b. O saldo representa a perda na aquisição de investimento, contemplando o resultado da Winity II Telecom entre 13/04/2022 e 14/03/2023 no montante de R\$108.610 de patrimônio líquido negativo em 14/03/2023 e R\$7 milhões de ajuste de preço referente a aporte de capital realizado durante o processo de transferência.

b) Capital social de R\$561.074 e prejuízo acumulado de R\$ 419.944.

18. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

As receitas correspondem, substancialmente à locação de infraestrutura passiva (torre) e estão apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções, incidentes sobre elas.

As receitas de locação estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: PIS e COFINS.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
RECEITA BRUTA DE LOCAÇÃO DE AREA EM ESTRUTURAS		
Receita de cessão de uso	73.122	26.483
Locação do site (Pass Through)	22.176	2.819
(-) Deduções da receita bruta	-	(273)
(-) PIS	(1.576)	(484)
(-) COFINS	(7.242)	(2.229)
RECEITA LÍQUIDA	<u>86.480</u>	<u>26.316</u>

19. CUSTOS

Composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Manutenção periódica	2.281	1.247
Manutenção corretiva	1.387	760
Despesa com seguros	86	65
Depreciação e amortização	36.600	11.007
Despesa de repasse	-	-
Locação de terreno	(537)	28
Total	<u>39.816</u>	<u>13.106</u>

20. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta as demonstrações do resultado utilizando uma classificação da despesa com base na sua função. Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, as informações sobre a natureza dessas despesas estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas com Pessoal	30.391	10.698
Consultoria, Auditoria e Serviços prestados por terceiros	7.384	5.724
Despesas com Ocupação	712	430
Serviços de Informática e Licenças de Uso de Software	1.650	814
Despesas com Viagens e Estadia	772	842
Depreciação e Amortização	2.456	1.294
Outras Despesas Gerais e Administrativas	298	114
Outras Receitas	-	(2.373)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
	<u>43.662</u>	<u>17.545</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	4.979	64
Juros sobre debêntures conversíveis	45.856	14.027
Juros sobre debêntures a mercado	10.092	-
Juros AVP (1)	18.975	3.830
Juros sobre Provisão Desmobilização (ARO)	4.285	4.240
Despesas bancárias	925	648
Outras despesas financeiras	667	923
Total	<u>85.779</u>	<u>23.731</u>
<u>Juros AVP Imóvel IFRS 16.</u>		
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre operações financeiras	10.165	886
Outras Receitas financeiras	344	162
Total	<u>10.509</u>	<u>1.049</u>

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os instrumentos financeiros estão representados substancialmente por:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos financeiros – Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	163.167	7.832
Contas a receber	59.908	40.193
Partes Relacionadas	1.258	2.543
Total	<u>224.333</u>	<u>50.568</u>
Passivos financeiros – Custo amortizado:		
Fornecedores	27.787	20.907
Empréstimos e financiamentos	639.757	264.027
Total	<u>667.545</u>	<u>284.934</u>

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46.

b) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das obrigações e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo capital de seus acionistas e empréstimos com terceiros.

Em 2025, a estrutura de capital foi basicamente fundamentada sobre empréstimos na modalidade de Debêntures e aportes de capital da controladora.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do “rating” das contrapartes.

São responsabilidades da Administração o exame e a revisão das informações relacionadas com o gerenciamento de riscos, incluindo políticas significativas e procedimentos e práticas aplicados no gerenciamento de risco.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização e liquidação de seus direitos e obrigações.

O fluxo de caixa previsto para o ano seguinte é realizado no exercício do orçamento e o gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado mensalmente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apresentou Imposto de Renda ou Contribuição Social a pagar por ter apresentado prejuízo fiscal no ano de 2025. O saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social é de R\$187.586 (149.996). A Companhia não constituiu crédito tributário diferido.

24. SEGUROS

As modalidades de seguros contratados pela Companhia referem-se principalmente a Responsabilidade Civil Geral e Responsabilidade Civil de Administradores, Diretores “D&O” e seguros firmados para garantias contratuais com clientes e referentes ao leilão 5G.

Seguradora	Corretora	Companhia segurada	Objeto	Valor de cobertura	Vigencia
Tokio Marine	Marsh	Winity SPE S.A	Compreensivo Empresarial	R\$ 3.986	04/12/2023 à 03/06/2025
Chubb Seguros	Marsh	Winity SPE S.A	Responsabilidade Civil Geral	R\$ 4.000	04/03/2024 à 04/03/2025